



SECRETARIA  
MUNICIPAL  
DE GOVERNO

P.A. 8350/2025

Fl. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 014/2025**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8350/2025**

**IMPUGNANTE:** REVIZZA COMÉRCIO SERVIÇOS E DISTRIBUIDORA EM GERAL LTDA.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa REVIZZA COMÉRCIO SERVIÇOS E DISTRIBUIDORA EM GERAL LTDA. (CNPJ/MF nº 39.454.559/0001-27), questionando a exigência constante do edital de licitação quanto à comprovação de qualificação técnica-operacional mediante a apresentação de atestado averbado junto ao CREA, sob a alegação de que tal exigência não encontraria amparo legal e regulamentar.

Aduz a impugnante que a exigência seria incompatível com a legislação vigente, solicitando a imediata supressão da referida exigência editalícia.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

#### **II.A - DA LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA E AMPARO NA LEI Nº 14.133/21**

Inicialmente, cumpre destacar que a exigência constante no edital encontra respaldo na Lei nº 14.133/21, que regula os procedimentos licitatórios e contratos administrativos na Administração Pública.

Com efeito, o art. 67, I e § 1º da Lei nº 14.133/21 dispõe expressamente que a Administração Pública poderá exigir dos licitantes, como condição de habilitação técnica, comprovação da qualificação técnico-operacional por meio da apresentação de atestados que comprovem experiência anterior na execução de serviços semelhantes ao objeto licitado.

O objetivo desta exigência é assegurar que as empresas participantes detenham efetiva capacidade operacional e experiência técnica suficiente para a perfeita execução do objeto



SECRETARIA  
MUNICIPAL  
DE GOVERNO

P.A. 8350/2025

Fl. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

contratual, promovendo segurança, eficiência e qualidade na execução dos serviços contratados.

## **II.B - DO RESPALDO REGULAMENTAR E JURÍDICO CONFERIDO PELA RESOLUÇÃO Nº 1.137/23 DO CONFEA**

Contrariamente ao alegado pela impugnante, a exigência editalícia de apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional devidamente registrado ou averbado junto ao CREA encontra expressa previsão regulamentar na recente Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, editada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

A referida Resolução nº 1.137/2023 prevê explicitamente, em seu art. 46, bem como no art. 53 e seguintes, os procedimentos para registro e averbação dos atestados técnicos-operacionais (Acervo Operacional – CAO) junto aos CREA's, garantindo que os documentos técnicos apresentados pelas empresas sejam previamente analisados e validados pelo órgão profissional competente, promovendo assim segurança jurídica e técnica aos processos licitatórios públicos. Neste sentido, cumpre citar o art. 46 da mencionada Resolução nº 1.137/2023:

Art. 46. O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no CREA, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.

Desse modo, a exigência constante do edital encontra amplo e expresse respaldo regulamentar, não se tratando de mera discricionariedade ou imposição arbitrária por parte desta Administração Pública. Pelo contrário, a exigência do registro ou averbação junto ao CREA configura-se medida de cautela e segurança administrativa, visando proteger o interesse público e assegurar a qualidade técnica do objeto contratado, plenamente em conformidade com os arts. 67 e 88 da Lei nº 14.133/21.



SECRETARIA  
MUNICIPAL  
DE GOVERNO

P.A. 8350/2025

Fl. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

A exigência do atestado técnico-operacional devidamente averbado no CREA constitui medida técnica essencial para garantir a integridade do processo licitatório e a adequada execução contratual.

O registro e a averbação dos atestados no CREA permitem à Administração Pública verificar previamente a autenticidade, veracidade e exatidão das informações técnicas apresentadas pelos licitantes, garantindo total segurança jurídica ao certame. Ademais, evita-se assim qualquer tentativa de utilização de documentos inexatos, incorretos ou até fraudulentos, reforçando a transparência, isonomia e moralidade no procedimento licitatório, princípios expressamente previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/21.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a exigência constante do edital de licitação referente à apresentação de atestado de qualificação técnica-operacional devidamente registrado ou averbado junto ao CREA não apenas encontra respaldo explícito na Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, como encontra fundamento na Lei nº 14.133/21, se demonstrando uma exigência técnica plenamente legítima, razoável, proporcional e necessária para assegurar a segurança jurídica, técnica e operacional da contratação pública.

Todavia, reconhece-se que a impugnação apresentada merece acolhimento parcial, uma vez que os dispositivos atualmente constantes nos **itens 11.5.2. e 11.6.8.** do Termo de Referência, assim como nos **itens G.8. e F.2.** do Edital, demandam revisão redacional, de modo a conferir maior clareza, à interpretação das exigências técnicas formuladas.

Desta forma, quanto a impugnação apresentada pela empresa **REVIZZA COMÉRCIO SERVIÇOS E DISTRIBUIDORA EM GERAL LTDA.** (CNPJ nº 39.454.559/0001-27), reconhecendo a necessidade de revisão redacional dos itens 11.5.2. e 11.6.8. do Termo de Referência, bem como dos itens G.8. e F.2. do Edital, considerando que as alterações



SECRETARIA  
MUNICIPAL  
DE GOVERNO

P.A. 8350/2025

Fl. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

promovidas nos dispositivos mencionados são pontuais e não acarretam modificações substanciais no objeto ou nas condições originalmente estabelecidas no instrumento convocatório, não se justifica a reabertura dos prazos licitatórios, razão pela qual devem ser mantidos os prazos inicialmente fixados, produzindo-se ERRATA na forma abaixo:

No **Edital**, os itens **F.2** e **G.8** passam a vigorar com a seguinte redação:

**Onde se lê:**

“F.2 Comprovação de aptidão da concorrente (pessoa jurídica) para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico expedidas por órgão de classe.”

**Leia-se:**

“F.2 Comprovação de aptidão da concorrente (pessoa jurídica) para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Operacional – CAO, expedidas por órgão de classe.”

**Onde se lê:**

“ G.8. Comprovação de aptidão da concorrente (pessoa jurídica) para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo



SECRETARIA  
MUNICIPAL  
DE GOVERNO

P.A. 8350/2025

Fl. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

Técnico expedidas por órgão de classe.”

**Leia-se:**

“ G.8. Comprovação de aptidão do profissional para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico expedidas por órgão de classe.”

No **Termo de Referência**, os itens **11.5.2** e **11.6.8** passam a vigorar com a seguinte redação:

**Onde se lê:**

“11.5.2. Comprovação de aptidão da concorrente (pessoa jurídica) para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico expedidas por órgão de classe.”

**Leia-se:**

“11.5.2 Comprovação de aptidão da concorrente (pessoa jurídica) para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Operacional – CAO, expedidas por órgão de classe.”



SECRETARIA  
MUNICIPAL  
DE GOVERNO

P.A. 8350/2025

Fl. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**Onde se lê:**

“11.6.8. Comprovação de aptidão da concorrente (pessoa jurídica) para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico expedidas por órgão de classe.”

**Leia-se:**

“ 11.6.8. Comprovação de aptidão do profissional para desempenho de acordo com o objeto de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e nas quantidades abaixo descritas, através de certidão ou atestado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e deverá ser comprovada execução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de equipamentos descritos no instrumento convocatório, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico expedidas por órgão de classe.”

Cabo Frio, 06 de Agosto de 2025,

Caroline Santos de Souza